

Prefeitura abre edital de R\$ 75,5 milhões para o Centro Histórico

Obras incluem Viaduto do Chá, Praça do Patriarca e entorno do Theatro Municipal

A Prefeitura de São Paulo publicou edital para contratação de projetos e execução de obras de requalificação em áreas do Centro Histórico da capital. A iniciativa prevê intervenções no Viaduto do Chá, na Praça do Patriarca e no entorno do Theatro Municipal de São Paulo, com investimento estimado em R\$ 75,5 milhões. As propostas das empresas interessadas devem ser entregues em abril, conforme o cronograma do processo licitatório.

As obras integram um conjunto de ações voltadas à recuperação de espaços públicos na região central. Entre os objetivos divulgados estão a conservação de estruturas consideradas históricas, a melhoria das condições de circulação e a adequação de áreas para uso cotidiano da população.

Viaduto do Chá

O Viaduto do Chá é uma das principais ligações entre diferentes áreas do centro e passará por intervenções estruturais ao longo de toda a sua extensão. O novo projeto prevê a substituição do piso atual das calçadas, mantendo características visuais existentes, além de ajustes em pontos com infiltração e recuperação de elementos metálicos. Também está prevista na intervenção a reorganização de áreas destinadas a embarque



Projeção artística da requalificação mostra bonde turístico próximo ao Theatro Municipal

e desembarque de passageiros.

Praça do Patriarca

Na Praça do Patriarca, o plano inclui a recomposição do piso com mosaico português, a instalação de dispositivos de proteção e a atualização da rede de drenagem. A proposta contempla ainda o plantio de novas árvores e a reorganização de elementos já existentes, como a estátua de José Bonifácio, que deverá ser reposicionada.

A marquise projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Ro-

cha também está incluída no escopo de restauro. A estrutura, segundo os planos de SP, passará por intervenções de conservação, e o espaço sob a cobertura deverá receber adaptações para controle de acesso. A medida, segundo o executivo municipal, tem o objetivo de melhorar as condições de uso da passagem que conecta a região à Galeria Prestes Maia e, também, ao Vale do Anhangabaú.

No entorno do Theatro Municipal, estão previstas ações para requalificação do piso,

com foco na acessibilidade. O projeto inclui, entre outros, ajustes para facilitar a circulação de pedestres, especialmente pessoas com algum tipo de deficiência e mobilidade reduzida.

Bonde histórico

Outro ponto previsto é a instalação de um bonde histórico nas proximidades do Edifício Alexandre Mackenzie.

A proposta é que o equipamento funcione como atração turística e ponto de apoio a visitantes. Também está prevista na

área a implantação de uma base modular da Guarda Civil Metropolitana (GCM) na região.

De acordo com o edital publicado, o prazo estimado para execução das obras é de dois anos, a partir da assinatura do contrato. A previsão inicial indica início das intervenções em agosto de 2026, caso o cronograma seja mantido.

A condução do projeto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, em conjunto com a SPObras, empresa responsável pela gestão de contratos de obras públicas na cidade.

O processo ainda depende de licitação e contratação para definição da empresa executora.

Além das intervenções previstas nos pontos turísticos, o edital segue o modelo de contratação integrada, em que a mesma empresa ou consórcio fica responsável tanto pela elaboração dos projetos executivos quanto pela execução das obras. Esse formato é adotado em licitações conduzidas pela SPObras e busca reduzir prazos e alinhar etapas técnicas e operacionais, concentrando a responsabilidade em um único contratado. O projeto também se conecta a um conjunto mais amplo de iniciativas de requalificação do centro paulistano, que incluem melhorias em iluminação pública, mobiliário urbano e infraestrutura para drenagem.

Programa Cachoeira Limpa retira 250 quilos de resíduos

Um mutirão foi realizado na região da Cachoeira São Manoel, situada na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, no extremo sul da capital paulista. A ação resultou na retirada de cerca de 250 quilos de resíduos e integra iniciativas voltadas à conservação de áreas naturais e à manutenção de recursos hídricos em regiões de interesse ambiental.

Os materiais recolhidos foram separados conforme o tipo. Parte deles, com potencial de reciclagem, foi destinada a cooperativas conveniadas, enquanto os rejeitos seguiram para uma estação de transbordo na zona sul e encaminhados a aterro sanitário licenciado, com estrutura voltada à redução de impactos ambientais, como a contaminação do solo e das águas subterrâneas.

A atividade contou com a participação de diferentes órgãos públicos. Além dos efeitos diretos na melhoria das condições do local, a



Materiais recicláveis foram encaminhados para cooperativas

retirada de lixo em áreas próximas a cursos d'água contribui para o escoamento mais eficiente da água, reduzindo riscos de obstruções e impactos associados a chuvas intensas em regiões urbanas.

A Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos abrange uma ex-

tensa região com remanescentes de Mata Atlântica, incluindo formações de floresta densa. Localizada nos distritos de Parelheiros e Marsilac, a unidade tem gestão compartilhada entre o poder público e representantes da sociedade civil, por meio de um conselho gestor.

Comissão debate contas da educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo realizará uma audiência pública para analisar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao primeiro trimestre de 2026. O encontro tem como objetivo examinar dados financeiros e a aplicação de recursos destinados à área no período.

A reunião ocorrerá no dia 29 de abril, às 13h30, na Sala Tiradentes, localizada no oitavo andar do Palácio Anchieta, sede do Legislativo paulistano. A realização da audiência segue determinação prevista na Lei Orgânica do Município, que estabelece a apresentação periódica de relatórios detalhados sobre receitas e despesas da educação.

O documento a ser discutido deve reunir informações

sobre arrecadação, repasses, transferências e a destinação dos recursos, além de detalhar os gastos por programas desenvolvidos pela pasta.

A exigência amplia a transparência e permitir o acompanhamento das políticas públicas educacionais por parte da sociedade e dos parlamentares.

A participação é aberta ao público. Interessados podem comparecer presencialmente ou acompanhar o debate de forma remota. Também há possibilidade de envio de contribuições por meio de formulário digital e participação por videoconferência, mediante inscrição prévia.

A audiência será transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal e pelas redes sociais institucionais. O prazo para inscrição na modalidade virtual se encerra na véspera.